



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Direito Processual do Trabalho I								
Unidade Ofertante:	Faculdade de Direito								
Código:	GDR038	Período/Série:	8º		Turma:	A e J			
Carga Horária:					Natureza:				
Teórica:	60	Prática:	00	Total:	60	Obrigatória:	(X)	Optativa:	()
Professora:	Dr ^a Juliane Caravieri Martins			Ano/Semestre: 2020.2 (ano civil 2021.2)					
Observações:	Pré-requisitos: Teoria Geral do Processo; Direito Processual Civil I, II, III, IV; Direito do Trabalho I e II. 50% de atividades síncronas e 50% de atividades assíncronas/de fixação e avaliação								

2. EMENTA

Direito Processual do Trabalho. Organização e Competência da Justiça do Trabalho. Atos, Termos e Prazos Processuais. Partes e Representação Processual. Reclamação Trabalhista. Audiência Trabalhista. Provas. Sentença.

3. JUSTIFICATIVA

Habilitar o aluno, em termos teóricos, para a atuação profissional na seara trabalhista, seja no âmbito da Justiça do Trabalho ou nos variados segmentos abrangidos pela área especializada.

4. OBJETIVOS

Introduzir os principais conceitos e institutos jurídicos relacionados ao Direito Processual do Trabalho, tornando o aluno apto ao exercício profissional na área trabalhista.

Conhecer e identificar o funcionamento da Justiça do Trabalho (Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho), aplicando as regras e princípios do Direito Processual do Trabalho destinados à solução judicial dos conflitos trabalhistas.

Conhecer e distinguir, no âmbito do processo trabalhista, os diversos institutos jurídicos, fazendo aportes ao Código de Processo Civil.

5. PROGRAMA

UNIDADE 1: O Direito Processual do Trabalho, o CPC/2015 e a Reforma Trabalhista

1.1 Direito Processual do Trabalho: Conceito e história do Direito Processual do Trabalho. Fontes e princípios. Formas de solução dos conflitos trabalhistas

1.2 Desafios do Direito Processual do Trabalho após a EC nº 45/04

1.3 Aplicação do CPC/2015 ao Direito Processual do Trabalho

1.4 Perspectivas do Direito Processual do Trabalho em face da Reforma Trabalhista



UNIDADE 2: ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- 2.1 Organização da Justiça do Trabalho: Varas do Trabalho; Tribunais Regionais do Trabalho; Tribunal Superior do Trabalho. Ministério Público e órgãos auxiliares
- 2.2 Competência da Justiça do Trabalho
 - 2.2.1 Competência em razão da matéria. Nova competência da Justiça do Trabalho
 - 2.2.2 Competência em razão do lugar
 - 2.2.3 Competência em razão da pessoa
 - 2.2.4 Conflitos de Competência

UNIDADE 3: ATOS, TERMOS, PRAZOS E NULIDADES PROCESSUAIS

- 3.1 Atos, termos, prazos e comunicação dos atos processuais
- 3.2 Nulidades no processo do trabalho

UNIDADE 4: PARTES, REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- 4.1 Partes e Litisconsórcio no processo do trabalho
 - 4.1.1 Capacidade
 - 4.1.2 Representação
 - 4.1.3 Partes. *Jus Postulandi*
 - 4.1.4 Substituição Processual
 - 4.1.5 Honorários periciais e advocatícios
 - 4.1.6 Justiça gratuita
- 4.2 Intervenção de terceiros no processo do trabalho
 - 4.2.1 Assistência
 - 4.2.2 Nomeação à autoria
 - 4.2.3 Oposição
 - 4.2.4 Denúncia da lide
 - 4.2.5 Chamamento ao processo
- 4.3 Ministério Público do Trabalho

UNIDADE 5: RECLAMAÇÃO TRABALHISTA E COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

- 5.1 Petição inicial: requisitos, subsidiariedade do CPC
- 5.2 Comissões de Conciliação Prévia

UNIDADE 6: AUDIÊNCIA TRABALHISTA

- 6.1 Abertura e tentativa de conciliação
- 6.2 Resposta da reclamada
- 6.3 Razões Finais

UNIDADE 7: PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO E SENTENÇA

- 7.1 Princípios
- 7.2 Provas em espécie
 - 7.2.1 Depoimento pessoal
 - 7.2.2 Prova documental
 - 7.2.3 Prova testemunhal
 - 7.2.4 Prova pericial
 - 7.2.5 Inspeção judicial
- 7.3 Sentença nos dissídios individuais
 - 7.3.1 Estrutura: relatório; fundamentação; dispositivo
 - 7.3.2 Termo de conciliação e seus efeitos perante as partes e terceiros



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



6. METODOLOGIA DE ENSINO

Consistirá de aulas síncronas expositivas e dialogadas realizadas às **quintas-feiras de 08h00-09h40 (Turma A) e de 19h00-20h40 (Turma J)**, abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, sendo também necessária a realização de atividades assíncronas de estudo, leituras e avaliativas pelos alunos. A comunicação com a professora será feita, *preferencialmente*, nos horários das aulas síncronas porque a dúvida de um aluno poderá ser também a de outros, assim, a explicação será feita para a turma toda. Apenas na impossibilidade de o aluno questionar nas aulas síncronas, poderá fazê-lo pelo *e-mail* jcaravieri@ufu.br ou via *Chat* existente na plataforma *Microsoft Teams* para cada turma. Os alunos terão atividades assíncronas compostas de material bibliográfico para leitura e estudo, vídeos, podcasts e atividades de fixação.

As aulas síncronas, postagem de materiais complementares, disponibilização e recebimento de tarefas serão realizados pela plataforma *Microsoft Teams* nas seguintes Equipes:

2020.2 Direito Processual do Trabalho I - Turma A:

<https://teams.microsoft.com/l/team/19%3a8qaS5ZyiNe3TRDA8X2aFCfN9RmJ2-WxbvLhEbRlc2Dc1%40thread.tacv2/conversations?groupId=98cd22ae-91a9-4d8d-99a2-47f515251de8&tenantId=cd5e6d23-cb99-4189-88ab-1a9021a0c451>

2020.2 Direito Processual do Trabalho I - Turma J:

https://teams.microsoft.com/l/team/19%3atSu2WsgYy2jX8KjhVGRQt5yDU0eQROiDPeErF_Cuqv41%40thread.tacv2/conversations?groupId=e1b5b939-5764-4f5f-8f36-e4015f215833&tenantId=cd5e6d23-cb99-4189-88ab-1a9021a0c451

ATENÇÃO: Os alunos deverão estar previamente cadastrados no *Office Education* 365 antes de iniciarem as aulas, fazendo o acesso gratuito através do *e-mail* UFU (@ufu.br) – necessário que todos os alunos o tenham cadastrado - indicado no link: <http://www.comunica.ufu.br/comunicado/2020/05/office-365-education-esta-disponivel-para-os-usuarios-de-e-mails-ufu-br>.

7. CRONOGRAMA

Período	Aulas Síncronas	Atividades de Fixação e Avaliação	Atividades Assíncronas ¹
1ª semana	15/07/2021 Apresentação da professora e do plano de ensino. UNIDADE 1: Direito processual do trabalho: conceito e princípios. Desafios do direito processual do trabalho após a EC nº 45/04	Leitura crítica: DELGADO, Gabriela Neves. Justiça do Trabalho: 70 anos de justiça social. Revista do TST . Brasília, vol. 77, no 2, abr./jun. 2011, p. 103-113. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/25347/008_delgado.pdf?sequence=1&isAllowed=y	1) Leitura: GAMBA, Juliane Caravieri Martins e MONTAL, Zélia Maria Cardoso. Princípios constitucionais do direito do trabalho: relevância e aplicabilidade, discutindo paradigmas, Revista Trabalhista da ANAMATRA , São Paulo: LTr, v. 41, p. 62-79, 2012 - material disponível na plataforma Microsoft Teams em “Arquivos” .

¹ Os artigos e vídeos indicados nas atividades assíncronas não substituem o estudo e a consulta às bibliografias básica e complementar indicadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



			<p>2) Leitura: CUNHA, J. S. Fagundes. Da conciliação, da mediação e da arbitragem endoprocessual e o novo código de processo civil. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. n. 44, Curitiba, 2015. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122</p>
<p>2ª semana</p>	<p>22/07/2021</p> <p>UNIDADE 1: Aplicação do CPC/2015 ao Direito Processual do Trabalho. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho em face da Reforma Trabalhista</p>	<p>Elaboração de resenha crítica:</p> <p>Texto: MAIOR, Jorge Luiz Souto e SEVERO, Valdete Souto. O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista – ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista.</p> <p>Disponível em: https://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-acesso-a-justica-sob-a-mira-da-reforma-trabalhista-ou-como-garantir-o-acesso-a-justica-diante-da-reforma-trabalhista</p> <p>DATA DA ENTREGA: 05/08 até 23h59 (10 PONTOS) – postar na plataforma Microsoft Teams (vide observação no item 8)</p>	<p>1) Leitura: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O conflito entre o novo CPC e o processo do trabalho. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. n. 44, Curitiba, 2015. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122</p> <p>2) Vídeo: Precedentes Judiciais, Lei 13.015 e novo CPC no Processo do Trabalho - link: https://www.youtube.com/watch?v=DU5alrgyWZg</p>
<p>3ª semana</p>	<p>29/07/2021</p> <p>UNIDADE 2: Competência da Justiça do Trabalho: em razão da matéria (nova competência); em razão do lugar e em razão da pessoa. Conflitos de Competência</p>	<p>Leitura crítica:</p> <p>MORAES, Camila Miranda de. Processo judicial eletrônico na Justiça do Trabalho: implementação e possibilidades. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. n. 1, Curitiba, 2019. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122</p>	<p>1) Vídeo: A independência judicial e a importância de defendê-la - link: https://www.youtube.com/watch?v=TAEF-unLR3I</p> <p>2) Vídeo: <i>Ilha das Flores</i> (documentário de Jorge Furtado) - link: https://www.youtube.com/watch?v=zMjUi7VCiqE</p>
<p>4ª semana</p>	<p>05/08/2021</p> <p>UNIDADE 2: Competência da Justiça</p>	<p>Pesquisa jurisprudencial</p> <p>Tema: A competência material e territorial da Justiça do Trabalho</p>	<p>Leitura: GAMBÁ, Juliane Caravieri Martins. As distinções entre a relação de trabalho e a relação de consumo no âmbito da nova</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



	do Trabalho: em razão da matéria (nova competência); em razão do lugar e em razão da pessoa. Conflitos de Competência	(apresentar dois acórdãos divergentes sobre cada tema de competência) DATA DA ENTREGA: 19/08 até 23h59 (10 PONTOS) – postar nas tarefas da plataforma Microsoft Teams (vide observação no item 8)	competência material da Justiça do Trabalho, Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 27, n.2, p. 149-168, jul./dez. 2006 - material disponível na plataforma Microsoft Teams em “Arquivos” .
5ª semana	12/08/2021 UNIDADE 3: Atos, termos, prazos e comunicação dos atos processuais. Nulidades no processo do trabalho	Leitura crítica: CASTELO, Jorge Pinheiro. Dos prazos processuais no novo CPC, inclusive sua contagem contínua em dias úteis – da aplicação subsidiária e supletiva ao processo do trabalho – comentários iniciais. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. n. 44, Curitiba, 2015. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122	Leitura: MIESSA, Élisson Eficácia intertemporal da lei nº 13.467/17 no direito processual do trabalho. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. n. 67, Curitiba, 2018. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122
6ª semana	19/08/2021 UNIDADE 4: Partes no processo do trabalho. Capacidade. Representação. <i>Jus Postulandi.</i> Honorários periciais e advocatícios. Justiça gratuita	Elaboração de resenha crítica: Texto: SILVA, Homero Batista Mateus da. Impactos do Artigo 8º, III, da Constituição Federal de 1988, sobre a Substituição Processual na Justiça do Trabalho. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. n. 4 Jan./Fev. 2012. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122 DATA DA ENTREGA: 02/09 até 23h59 (10 PONTOS) – postar nas tarefas da plataforma Microsoft Teams (vide observação no item 8)	Leitura: LORA, Ilse Marcelina Bernardi Substituição Processual pelo Sindicato. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. n. 4 Jan./Fev. 2012. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122
7ª semana	26/08/2021 UNIDADE 4: Partes no processo do trabalho. Capacidade. Representação. <i>Jus Postulandi.</i> Honorários	Pesquisa jurisprudencial Tema: <i>A intervenção de terceiros no processo do trabalho</i> DATA DA ENTREGA: 09/09 até 23h59 (10 PONTOS) – postar nas tarefas da	Leitura: LEITE, Carlos Henrique Bezerra. A nova tutela provisória e sua aplicação no processo do trabalho. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. n. 55, 2016. Disponível em:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



	periciais e advocatícios. Justiça gratuita	plataforma <i>Microsoft Teams</i> (<i>vide observação no item 8</i>)	https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122
8ª semana	02/09/2021 UNIDADE 4: Ministério Público do Trabalho	Leitura crítica: CASTELO, Jorge Pinheiro. Panorama geral da reforma trabalhista: aspectos de Direito processual/material. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 63, 2017. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122	Vídeo: O relevante papel do Ministério Público do Trabalho na pandemia - link: https://www.youtube.com/watch?v=VVTAQdnyng8&t=4s
9ª semana	09/09/2021 UNIDADE 5: Reclamação trabalhista. Petição inicial: requisitos, subsidiariedade do CPC. Comissões de Conciliação Prévia	Leitura crítica: WAKI, Kleber de Souza; SALES, Cleber Martins A gravação da audiência: método de documentação e prova. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 55, 2016. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122	Leitura: CALSING, Maria de Assis; VIVEIROS, Carolina C. Salomão Leal de. Mediação e conciliação: o novo CPC e os conflitos trabalhistas. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 55, 2016. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122
10ª semana	16/09/2021 UNIDADE 6: Audiência trabalhista. Abertura e tentativa de conciliação. Resposta da reclamada. Razões finais	Leitura crítica: MANDALOZZO, Silvana Souza Netto e GRAF, Paloma Machado. Audiências no processo do trabalho – adaptação temporal a tecnologia. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 90, 2020. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122	1) Leitura: ARAÚJO, Bruna de Sá. PJE CALC: motivos para todo advogado aprender a utilizar. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 90, 2020. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122 2) Vídeo: Qual Justiça do Trabalho se terá no pós-pandemia? - link: https://www.youtube.com/watch?v=cIAVtipG7NM
11ª semana	23/09/2021 UNIDADE 6: Audiência trabalhista. Abertura e tentativa de conciliação. Resposta da reclamada.	Elaboração de resenha crítica: Texto: CARDOSO, Jair Aparecido; COÊLHO, Jackeline Stefane Karoline Nogueira; LOURENSATO Anália Lourensato. (In)Admissibilidade de	1) Leitura: CALCINI, Ricardo Souza. A teoria dinâmica do ônus da prova. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 94, 2020. Disponível em:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



	Razões finais OBS: 30/09 - Reposição de aula de segunda-feira	prova ilícita no direito processual do trabalho: análise à luz da Constituição Federal. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano , 2019. Disponível em: http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/14 DATA DA ENTREGA: 07/10 até 23h59 (10 PONTOS) – postar nas tarefas da plataforma Microsoft Teams (vide observação no item 8)	https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122 2) Leitura: DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Ônus da prova à luz da reforma trabalhista. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 94, 2020. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122
12ª semana	07/10/2021 UNIDADE 7: Provas no processo do trabalho. Princípios. Provas em espécie. Depoimento pessoal. Prova documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial	Pesquisa jurisprudencial Tema: <i>As provas no processo do trabalho</i> DATA DA ENTREGA: 14/10 até 23h59 (10 PONTOS) – postar nas tarefas da plataforma Microsoft Teams (vide observação no item 8)	Leitura: ROSADO, Thiago Mira de Assumpção. Teoria da causa madura – aplicação no processo do trabalho, inclusive nas hipóteses de reconhecimento de vínculo empregatício apenas em segundo grau de jurisdição – dever de julgamento pelo tribunal se a causa estiver “madura”. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 55, 2016. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122
13ª semana	14/10/2021 UNIDADE 7: Provas no processo do trabalho. Provas em espécie. Depoimento pessoal. Prova documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial	Leitura crítica: LOPES, Adriano Marcos Soriano; SANTOS, Solainy Beltrão dos. A revisão e a suspensão dos acordos trabalhistas em tempos de pandemia: aspectos materiais e processuais. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 93, 2020. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122	Leitura: COLNAGO, Lorena de Mello Rezende. Gerenciamento de processos e os acordos processuais. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 93, 2020. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122
14ª semana	21/10/2021 UNIDADE 7: Sentença	Leitura: ROSADO, Thiago Mira de Assumpção. Teoria da causa madura – aplicação no processo do trabalho,	Leitura: MARTINS, Juliane Caravieri. Contribuições da reforma trabalhista para a (in)efetividade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



	nos dissídios individuais. Estrutura: relatório; fundamentação; dispositivo	inclusive nas hipóteses de reconhecimento de vínculo empregatício apenas em segundo grau de jurisdição – dever de julgamento pelo tribunal se a causa estiver “madura”. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná . n. 55, 2016. Disponível em: https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122	social do processo do trabalho. <i>In</i> : MARTINS, Juliane Caravieri; BARBOSA, Magno Luiz; MONTAL, Zélia Maria Cardoso (Org.). Reforma trabalhista em debate : direito individual, coletivo e processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2017, v. 1, p. 201-218. Material disponível na plataforma Microsoft Teams em “Arquivos” .
15ª semana	28/10/2021 Aplicação da prova via plataforma <i>Microsoft Teams</i> , com a indicação da pontuação obtida pelo aluno. Encerramento da disciplina	xxx	xxx

8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno será realizada de forma continuada, levando em consideração a frequência e a participação do aluno nas atividades acadêmicas *síncronas* e *assíncronas* desenvolvidas na disciplina. A assiduidade será aferida mediante a entrega das atividades de fixação dentro dos prazos estipulados no cronograma. A ausência de entrega ou a entrega intempestiva não será considerada para fins de pontuação, e nem para atribuição de presença. A nota final do aluno será apurada em conformidade com os arts. 162 a 166 da Resolução nº 15/2011 da Universidade Federal de Uberlândia e Resolução nº 25/2020, do Conselho de Graduação, sendo distribuídos os cem pontos da seguinte maneira: **1)** uma *prova escrita* no valor de 40 pontos, envolvendo questões discursivas e/ou de múltipla escolha referentes à matéria dada nas atividades síncronas e às leituras recomendadas nas atividades assíncronas, sendo disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA) da plataforma *Microsoft Teams*; **2)** leitura e elaboração de *três resenhas críticas* sobre os artigos indicados no cronograma da disciplina, totalizando 30 pontos; **3)** elaboração de *três pesquisas jurisprudenciais* sobre temas indicados no cronograma da disciplina, totalizando 30 pontos. Caso seja necessário, a professora poderá alterar os modos de avaliação, informando previamente os alunos, de acordo com a conveniência e a necessidade de adaptação do conteúdo da disciplina ao calendário acadêmico.

OBSERVAÇÃO 1: Cada resenha crítica deverá conter: a fundamentação jurídica do instituto objeto de discussão, contrapondo a visão do autor do texto analisado com a visão da doutrina majoritária, indicando se o posicionamento apresentado no referido texto é discordante (ou não) e inovador (ou não) em relação à doutrina majoritária.

OBSERVAÇÃO 2: Cada pesquisa jurisprudencial deverá abranger os seguintes tópicos: 1) Apresentar os conceitos e a natureza jurídica do instituto segundo a doutrina; 2) Apresentar fundamentação jurídica do instituto e 3) Analisar criticamente dois acórdãos divergentes sobre cada tema analisado.



9. BIBLIOGRAFIA²

9.1 Básica

ANAMATRA. **Enunciados na 2º jornada de direito material e processual do trabalho**. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/26227-enunciados-aprovados-na-2-jornada-de-direito-material-e-processual-do-trabalho-sao-organizados-por-tema>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 185/2017**, Sistema do processo judicial eletrônico (PJe), Conselho Superior da Justiça do Trabalho, 2017. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/102716/2017_res0185_csjt_rep03.pdf?sequence=16&isAllowed=y. Acesso em: 10 fev. 2021.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr.

CORREIA, Henrique e MIESSA, Elisson (Orgs.). **Manual da reforma trabalhista: o que mudou?** Salvador/BA: Jus Podivm.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva Jur.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática**. São Paulo: Saraiva.

LINHARES, Aryanna e SOUTO, Rafael Tonassi. **CLT - Consolidação das Leis do Trabalho (2021)**. Edição revista, atualizada e ampliada, Salvador/BA: Jus Podivm.

MARTINS, Juliane Caravieri. A 'reforma' trabalhista e a violação do direito fundamental de acesso à tutela jurídica justa do cidadão trabalhador. **Revista Trabalhista: Direito e Processo**. Brasília: ANAMATRA; São Paulo: LTr, v. 57, p. 112-133, 2017.

MIESSA, Elisson. **Curso de direito processual do trabalho**. Salvador/BA: Jus Podivm, 2017.

MIESSA, Elisson (Org.). **O novo código de processo civil e seus reflexos no processo do trabalho**. Salvador/BA: Jus Podivm.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. São Paulo: LTr.

SCHIAVI, Mauro. **Manual didático de direito processual do trabalho**. Salvador/BA: Jus Podivm.

TRTSP. **Regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/TST/Reg_Int_TST/Reg_Int.html. Acesso em: 10 fev. 2021.

TST. **Resolução nº 203, de 15 de março de 2016**: edita a Instrução Normativa nº 39 que dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao processo do trabalho. Disponível em: www.tst.jus.br. Acesso em: 10 fev. 2021.

² A professora poderá disponibilizar outros artigos, textos e capítulos de livros no ambiente virtual da plataforma *Microsoft Teams* em "Arquivos".



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



TST. **Resoluções 217, 218, 219 e 220 do Tribunal Superior do Trabalho.** Disponível em: <http://www.tst.jus.br>. Acesso em: 10 fev. 2021.

9.2 Complementar

ATHENIENSE, Alexandre. **Comentários à Lei 11.419/06 e as práticas processuais por meio eletrônico nos tribunais brasileiros**, Curitiba: Juruá.

CUNHA, Rodrigo Giotri da. **O processo do trabalho como instrumento de efetivação dos direitos sociais trabalhistas**: contribuições para o aprimoramento da prestação jurisdicional trabalhista, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DELGADO, Gabriela Neves. A CLT aos 70 anos: rumo a um direito do trabalho constitucionalizado. **Revista do TST**, Brasília, v. 79, n. 2, abr./jun. 2013, p. 268-294.

MALLET, Estêvão e BRANDÃO, Claudio (Coords.). **Processo do trabalho**. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 4, Salvador/BA: Jus Podivm.

MARTINS, Juliane Caravieri; BARBOSA, Magno Luiz e MONTAL, Zélia Maria Cardoso (Orgs.). **Reforma trabalhista em debate**: direito individual, coletivo e processual do trabalho, São Paulo: LTr.

MIESSA, Elisson e CORREIA, Henrique (Orgs.). **Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST**: comentadas e organizadas por assunto, Salvador/BA: Jus Podivm.

MONTAL, Zélia Maria Cardoso. A ação anulatória de cláusulas normativas: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**. v. 44, n.1, jan./jun. 2016, p. 169-194.

TRTPR. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região** (vários números). Disponível em: <https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122>. Acesso em 10 jan. 2021.

10. DIREITOS AUTORAIS

Conforme prevê o art. 8º da Resolução Nº 7/2020 do Conselho de Graduação: “todo o material produzido e divulgado pelo docente, como vídeos, textos, arquivos de voz, etc. está protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998), pela qual fica vetado o uso indevido e a reprodução não autorizada de material autoral por terceiros. Parágrafo único. Os responsáveis pela reprodução ou uso indevido do material de autoria dos docentes ficam sujeitos às sanções administrativas e às dispostas na Lei de Direitos Autorais”.

11. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação